

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

1.	Interesse	3
2.	Conflito de interesses	4
3.	Direito objetivo	5
4.	Relação jurídica	6
5.	Sanções	7
6.	Direito subjetivo; obrigação	7
7.	Sujeitos e objeto da relação jurídica	8
8.	Lide; pretensão	9
9.	Processo	9

CAPÍTULO II

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

10.	Processo	11
11.	Direito processual	13
12.	Divisões do direito processual	14
13.	Direito processual civil	15
14.	Caráter do direito processual civil	17
15.	Autonomia do direito processual civil	18
16.	Relações do direito processual civil com outros ramos do direito	19
17.	Finalidade do direito processual civil	21

CAPÍTULO III
LEI PROCESSUAL

18.	Classificação das leis	23
19.	Leis processuais	24
20.	Natureza das leis processuais	26

CAPÍTULO IV

DAS LEIS PROCESSUAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO

21.	O problema	29
-----	------------------	----

I

22.	Princípio da irretroatividade das leis	30
23.	O princípio da irretroatividade e as leis processuais	31
24.	As leis processuais no tempo	31
25.	Processos findos	33
26.	Processos a serem iniciados	33
27.	Processos pendentes	34

II

28.	Da lei processual no espaço	34
29.	Princípio da territorialidade das leis processuais	35
30.	Prova dos fatos ocorridos no estrangeiro	36
31.	Cooperação judicial internacional	36

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL

I

32.	Introdução	37
33.	Processo romano	38
34.	Processo romano-barbárico	44
35.	Processo comum	46
36.	Código de Processo Civil francês	47
37.	Processo civil na Alemanha e Áustria	48

II

38.	O processo na Península Ibérica	49
39.	Processo português até a Independência do Brasil	50
40.	O processo civil no Brasil, durante o Império	51
41.	O processo civil na República, até a Constituição de 1934	53
42.	Da Constituição de 1934 aos dias de hoje	55

DA JURISDIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO

43.	Funções do Estado	65
44.	Jurisdição	67
45.	Distinção entre as funções do Estado	69
46.	Tutela jurisdicional e modos de exercê-la	70
47.	Poderes compreendidos na jurisdição	71
48.	Princípios fundamentais da jurisdição	72

CAPÍTULO VII

ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO. JURISDIÇÃO CIVIL

49.	Unidade da jurisdição	73
50.	Espécies de jurisdição	74
51.	Jurisdição civil	76
52.	Jurisdição contenciosa	76
53.	Jurisdição voluntária	77
54.	Categorias dos atos de jurisdição voluntária	80
55.	Distinção entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	80

CAPÍTULO VIII

ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO

56.	Poder Judiciário — sua função específica	83
57.	Outras funções do Poder Judiciário	84
58.	Órgãos do Poder Judiciário	85
59.	Supremo Tribunal Federal	86
59-A.	Conselho Nacional de Justiça	86

60.	Superior Tribunal de Justiça	87
61.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	87
62.	Tribunais e Juízes do Trabalho	88
63.	Tribunais e Juízes Eleitorais	90
64.	Tribunais e Juízes Militares	91
65.	Tribunais e Juízes dos Estados	91
66.	Órgãos Federais e Órgãos Estaduais	92

CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

I

67.	Conceituação da matéria	93
68.	Conteúdo da organização judiciária	95
69.	Normas de organização judiciária	96

II

70.	Unidade ou duplo grau de jurisdição	96
71.	Composição dos juízos e tribunais	97
72.	Constituição da magistratura	98
73.	Escolha e nomeação dos juízes	98
74.	Ingresso e acesso na magistratura	101
75.	Órgão Especial do Tribunal de Justiça	103

III

76.	Independência do Poder Judiciário	104
77.	Independência jurídica do juiz	104
78.	Independência política do juiz	105
79.	Vencimentos dos juízes e vantagens pecuniárias	108
80.	Autogoverno da magistratura	109

CAPÍTULO X

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

81.	Órgãos da Justiça Federal	111
82.	Supremo Tribunal Federal	112
82-A.	Conselho Nacional de Justiça	112
83.	Superior Tribunal de Justiça	114
84.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	115

85.	Organização da Justiça do Trabalho	116
86.	Organização da Justiça Eleitoral	118
87.	Organização da Justiça Militar	119

CAPÍTULO XI

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

88.	Organização das justiças locais	121
88-A.	Alterabilidade das leis de organização judiciária	122
88-B.	Órgãos da justiça local de São Paulo	122
89.	Carreira da magistratura	122
89-A.	Comarcas, circunscrições, entrâncias, classificação dos juízes	124
89-B.	Distribuição dos juízes pelas comarcas	125
90.	Órgãos de segundo grau	125
91.	Tribunal de Justiça	125
92.	Tribunais de Alçada	127
93.	Justiça Militar do Estado	127

CAPÍTULO XII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

94.	Ministério Público	129
94-A.	Evolução histórica	131
95.	Funções do Ministério Público	132
96.	Garantias do Ministério Público	133
97.	Organização do Ministério Público Federal	133
98.	Organização do Ministério Público do Estado de São Paulo	134
99.	Advocacia-Geral da União	136
100.	Advocacia e Defensoria Pública	137
100-A.	Da Defensoria Pública	137
100-B.	Da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	138

CAPÍTULO XIII

AUXILIARES DA JUSTIÇA

101.	Órgãos principais e órgãos auxiliares	143
102.	Classificação dos órgãos auxiliares	144
103.	Os chamados órgãos do foro extrajudicial	146
104.	Auxiliares da justiça	147
105.	Órgãos de encargo judicial	149

DA AÇÃO

CAPÍTULO XIV

DA AÇÃO

106.	Ação, jurisdição, processo	153
107.	Natureza jurídica da ação	157
108.	Doutrina civilista	157
109.	Teoria de Muther	158
110.	Teoria do direito concreto à tutela	158
111.	Teoria da ação como direito potestativo	159
112.	Teoria da ação no sentido abstrato	160
113.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Betti	163
114.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Carnelutti	163
115.	Outras teorias	165
116.	Apreciação das várias teorias	166
117.	Conceito de ação	167

CAPÍTULO XV

ELEMENTOS DA AÇÃO

118.	Individualização das ações	171
119.	Importância do problema	173
120.	Partes	173
121.	Objeto da ação	173
122.	Causa de pedir	174
123.	Identificação das ações	175

CAPÍTULO XVI

CONDIÇÕES DA AÇÃO

124.	Conceito	177
125.	Condições da ação e pressupostos processuais	179
126.	Quais são	179
127.	Possibilidade jurídica	180
128.	Interesse de agir	180
129.	Qualidade para agir	181
130.	Carência da ação	181

CAPÍTULO XVII
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

131.	Plano do Capítulo	183
------	-------------------------	-----

I

132.	Classificação das ações quanto à providência jurisdicional	185
133.	Ações de conhecimento	186
134.	Ações meramente declaratórias	187
135.	Ações condenatórias	189
136.	Ações constitutivas	190
137.	Ações executivas	191
138.	Ações cautelares	192

II

139.	Outras classificações	193
140.	Ações quanto ao direito reclamado	193
140-A.	Ações quanto ao direito reclamado (individual ou coletivo).....	195
141.	Ações segundo seu objeto	196
142.	Ações quanto ao seu fim	197

CAPÍTULO XVIII
CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES

143.	Distinções	199
------	------------------	-----

I

144.	Concurso de ações	201
145.	Conceito e aplicação do concurso de ações	201
146.	A regra e as exceções	202

II

147.	Cumulação de ações	203
148.	Fundamento da cumulação de ações	203
149.	Espécies de cumulação	204
150.	Condições da cumulação de ações	204
151.	Momento da cumulação	205
152.	Ação de reconvenção	206

DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO XIX

COMPETÊNCIA. SEUS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

153.	Conceito de competência	209
154.	Competência interna e competência internacional	211
155.	Crítérios determinativos da competência	213
156.	Crítério objetivo	214
157.	Crítério territorial	216
158.	Crítério funcional	216
159.	Fontes normativas da competência	217

CAPÍTULO XX

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

a) CRITÉRIO OBJETIVO

160.	Recapitulação	220
161.	Crítério objetivo	221

I

162.	Competência em razão da matéria	221
163.	Competência em razão da matéria do Supremo Tribunal Federal	221
164.	Competência em razão da matéria do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.....	222
165.	Competência em razão da matéria dos tribunais locais de segundo grau	222
166.	Competência em razão da matéria dos juízes de primeiro grau, na Justiça Federal	224
167.	Competência em razão da matéria dos juízes locais de primeiro grau	224

II

168.	Competência em razão das condições das pessoas	226
169.	Competência em razão das pessoas, do Supremo Tribunal Federal	226

170.	Competência em razão das pessoas, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais	227
171.	Competência em razão das pessoas, dos tribunais locais de segundo grau	227
172.	Competência em razão das pessoas, dos juízes federais de primeiro grau	228
173.	Competência em razão das pessoas, dos juízes de primeiro grau, na justiça local	229

III

174.	Competência em razão do valor da causa	230
175.	Causas alheias à competência em razão do valor	230
176.	Da alçada no Estado de São Paulo	231

CAPÍTULO XXI

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

b) CRITÉRIO TERRITORIAL

177.	Critério territorial	234
------	----------------------------	-----

I

178.	Competência territorial geral	234
179.	Foro	235
180.	Domicílio, residência	236
181.	Foro geral e foros supletivos do geral	238
182.	Pluralidade de réus e de domicílios	239
183.	Foro da sucessão	240
184.	Do foro nas ações contra o ausente	241

II

185.	Competência especial de foro	241
186.	Competência em razão da situação da coisa	242
187.	Competência especial de foro em razão da pessoa	243
188.	Foro competente nas ações contra o incapaz	243
189.	Foro competente da União e Territórios	243
190.	Foro competente das pessoas jurídicas e sociedades	244
191.	Foro competente nas ações de separação, divórcio e anulação de casamento	245
192.	Foro competente na ação de alimentos	245

193.	Competência de foro em razão dos atos ou fatos	246
194.	Competência para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos	246
195.	Foro competente para a ação em que se exige o cumprimento de obrigação	247
196.	Foro competente para as ações de reparação de dano	247
197.	<i>Forum gestae administrationis</i>	248
198.	Foro competente para a arbitragem	248
199.	Foro do contrato	249

CAPÍTULO XXII

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

c) CRITÉRIO FUNCIONAL

200.	CrITÉrio funcional	251
201.	Competência funcional no plano horizontal	252
202.	Competência funcional no plano vertical	254
203.	Competência funcional	256

CAPÍTULO XXIII

COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA

204.	Noções introdutórias	257
205.	Distinção entre competência absoluta e competência relativa	258
206.	Distribuição das competências entre as absolutas e as relativas	261
207.	Particularidade da competência em razão do valor	262

CAPÍTULO XXIV

COMPETÊNCIA:

- a) PREVENÇÃO; b) CONEXÃO; c) CONTINÊNCIA;
 d) PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA;
 e) PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO

208.	Matéria do Capítulo	263
------	---------------------------	-----

I

209.	Prevenção	264
------	-----------------	-----

XVIII

II

210.	Conexão de causas	267
211.	Causas conexas	268
212.	Continência	270
213.	Efeito da conexão e da continência	271

III

214.	Prorrogação da competência	271
215.	Prorrogação tácita	272
216.	Prorrogação legal	273

IV

217.	Perpetuação da jurisdição	275
------	---------------------------------	-----

DO PROCESSO

CAPÍTULO XXV

DO PROCESSO

218.	Conceito de processo	279
219.	Objeto do processo	281
220.	Tipos de processo	282
221.	Natureza jurídica do processo	283
222.	Relação jurídica processual	284

CAPÍTULO XXVI

ATOS PROCESSUAIS

223.	Noções introdutórias	287
224.	Significados do vocábulo <i>ato</i>	289
225.	Conceito de ato processual	289
226.	Caracteres dos atos processuais	290
227.	Forma dos atos processuais	290
228.	Classificação dos atos processuais	295
229.	Dos atos das partes e sua classificação	295
230.	Dos atos dos órgãos jurisdicionais e sua classificação	296
231.	Dos atos dos auxiliares da justiça e sua classificação	298
232.	Termos processuais	300

233.	Forma dos termos	301
234.	Termos prejudiciais	303
235.	Termos de andamento	303
236.	Autos	304

CAPÍTULO XXVII

O TEMPO NO PROCESSO

237.	Noções introdutórias	307
238.	Princípio da paridade de tratamento	308
239.	Princípio da brevidade	310
240.	Do tempo no processo	310
241.	Princípios informativos da teoria dos prazos	313
242.	Princípio da utilidade	313
243.	Princípio da continuidade	316
244.	Princípio da inalterabilidade	316
245.	Princípio da peremptoriedade	318
246.	Princípio da preclusão	318
247.	Classificação dos prazos	319
248.	Contagem dos prazos	321
249.	Determinação do termo inicial	322
250.	Da verificação dos prazos e das penalidades	324

CAPÍTULO XXVIII

RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

251.	<i>Iudicium</i>	327
252.	Relação jurídica processual	329
253.	Caracteres da relação processual	329
254.	Elementos da relação processual	331
255.	Sujeitos da relação processual	332

CAPÍTULO XXIX

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

256.	Constituição da relação processual	335
257.	Desenvolvimento da relação processual	337
258.	Pressupostos processuais	337

XX

259.	Quais são os pressupostos processuais	338
260.	Inexistência de fatos impeditivos	339
261.	Subordinação do procedimento à lei	339

CAPÍTULO XXX

DO JUIZ. SEUS PODERES E DEVERES

262.	Do juiz	341
263.	Do juiz na relação processual	343
264.	Classificação dos poderes do juiz	344
265.	Poderes ordinatórios	346
266.	Poderes instrutórios	348
267.	Poderes finais	349
268.	Deveres do juiz	349

CAPÍTULO XXXI

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES AO JUIZ

269.	Pressupostos processuais referentes ao juiz	351
270.	Órgão jurisdicional	352
271.	Órgão competente	353
272.	Imparcialidade	353

CAPÍTULO XXXII

PARTES. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

273.	O problema do conceito de parte e sua importância	357
274.	Conceito tradicional de parte	359
275.	Conceito moderno de parte	360
276.	Nomenclatura	361
277.	Princípios atinentes às partes	362
278.	Substituição processual	363

CAPÍTULO XXXIII

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS PARTES

279.	Quais são	365
------	-----------------	-----

I

280.	Capacidade de ser parte	366
------	-------------------------------	-----

II

281.	Capacidade de estar em juízo	367
282.	Quanto às pessoas naturais	367
283.	Absolutamente incapazes	368
284.	Relativamente incapazes	368
285.	Capacidade processual das pessoas casadas	370
286.	Representante judicial de incapazes; curador especial	371
287.	Intervenção do Ministério Público	371
288.	Falta de capacidade processual; consequências	372
289.	Capacidade processual plena	372
290.	Pessoas jurídicas	373
291.	Partes formais	373

III

292.	Capacidade postulatória	374
------	-------------------------------	-----

CAPÍTULO XXXIV

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

I

293.	Representação	375
294.	Representação processual	378

II

295.	Capacidade postulatória	379
296.	<i>Ius postulandi</i>	380
297.	Titulares do direito de postular	381
298.	Mandato judicial	381

III

299.	Do advogado e da advocacia	384
300.	Ordem dos Advogados	386
301.	Deveres e direitos dos advogados	389